

# Em Rondônia, extração mineral pode devastar 251 mil hectares

Duzentos e cinquenta e um mil hectares da Floresta Amazônica, circunscritos no Território de Rondônia, às margens da rodovia BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá (capital de Mato Grosso), correm o risco de desmatamento total em decorrência da implantação e extensão de um projeto de mineração (extração de cassiterita, minério de estanho) que funciona ali desde o final da década de 60 por ordem do Ministério das Minas e Energia. A partir desta segunda-feira, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) tentará solucionar em Brasília a situação da área. Desde outubro de 1984 aquela região passou para a sua responsabilidade com a criação, ali, da Floresta Nacional de Jamari, a 14ª do país.

As 14 Flonas não só oferecem madeira para o mercado brasileiro, servindo ainda como regulador de preços, mas contribuem para a proteção e conservação do clima, composição do ar, solo e fauna e como camada protetora de margens de rios e lagos.

A extração de cassiterita em Jamari está sendo feita pelas mineradoras Jacundá (do grupo inglês Brascan) e Oriente Novo (do grupo paulista Brumadinho). Por não ter

ainda regularizado as atividades das Flonas, inclusive a possibilidade de extração mineral, o IBDF "tentará agir imediatamente para impedir que a mineração torne irreversível a preservação de parte da floresta natural", afirmou Eleazar Volpato, diretor de Manejo Florestal do Departamento de Economia Florestal do IBDF. Está com ele o processo sobre Jamari, que aguarda parecer da procuradoria jurídica do órgão.

### Dízimo

A situação da área foi apresentada pelo diretor da Flona de Jamari, engenheiro florestal Paulo Benincá de Salles, 33, aos participantes do Encontro de Diretores e Técnicos das Florestas Nacionais. "Jamari é rica em madeiras nobres e algumas em processo de extinção: ipê amarelo e roxo, cedro, angelim, maracatiara, jatobá, faveira, cedrorama e mogno", disse, lembrando que por ter grande potencial em minérios, gás, e petróleo, a Amazônia poderá servir de ponto de partida para o IBDF desenvolver tecnologia futura em áreas sob sua jurisdição a partir da experiência de Jamari. "Vamos exigir das mineradoras que nos apresentem uma reavaliação dos métodos de mineração, visando a diminuição do impacto sobre a natureza; seus planos de recuperação das áreas

degradadas pela mineração; indenização por danos causados à floresta e o pagamento de royalties (10% da produção anual) ao IBDF".

No ano passado, somente a mineradora Jacundá extraiu 3.507 toneladas de cassiterita de Jamari. O quilo do minério está sendo comercializado hoje ao preço de Cz\$ 50, diz Paulo Benincá. Logo, o IBDF deverá receber royalties no valor de Cz\$ 17,5 milhões pela produção do ano passado. "Não sabemos ainda se esse dízimo irá para o Ministério da Fazenda ou para o IBDF", diz Eleazar Volpato.

### Asfixia

A extração descontrolada de minério de Jamari, diz Paulo Benincá, está matando por asfixia parte da floresta natural e o processo de mineração está causando danos irreversíveis à cobertura vegetal do solo. "Para alcançar a cassiterita, que está presente a partir de cinquenta centímetros abaixo do solo, as mineradoras estão separando a água, a terra, o cascalho e o minério, através de um processo de bombas hidráulicas, desagregando a estrutura do solo".

### Queimadas

Após a derrubada das árvores, os



A floresta fica às margens da BR-364

troncos são queimados. "Em decorrência do processo de decantação do minério, as empresas estão reaproveitando a água, represando-a em áreas da floresta nativa, o que está provocando a morte de centenas de árvores por asfixia, já que o acúmulo de água impede a respiração pelas raízes".

Para 1986, as mineradoras Jacundá e Oriente Novo têm planos de extrair 3.600 toneladas de cassiterita e permissão para extração do minério por um período de mais oito anos, em cerca de mil hectares de floresta.

FSP 07.04.1986